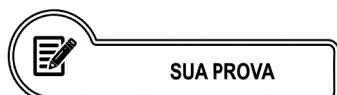


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS DE
ANALISTA E TÉCNICO LEGISLATIVO – EDITAL Nº 01/2026
NÍVEL SUPERIOR

01119 – ANALISTA LEGISLATIVO - GESTÃO E GOVERNANÇA – TIPO A

Frase: A motivação impulsiona o desempenho.

(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)



SUA PROVA

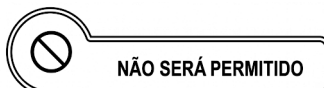
O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **70 (setenta)** questões objetivas; e **2 (duas)** questões discursivas;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas; e
- Um **caderno de texto definitivo** destinado às respostas das questões discursivas.



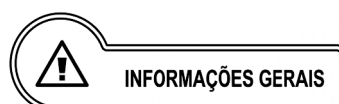
TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva, e a transcrição da prova discursiva para o **caderno de texto definitivo**.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** e/ou do **caderno de texto definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** e das questões discursivas para o **caderno de texto definitivo**, sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** e do **caderno de texto definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta** e no **caderno de texto definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Farmar Aura: Pertencimento e juventude na Era Digital

Inundou o espaço entre adolescentes e jovens nas redes sociais: farmar aura. E gerou muitas dúvidas entre os parentes sobre o que seria exatamente isso. Pois bem. A expressão combina um termo usado pelos jogadores ou *gamers* (farmar, vem do verbo em inglês *to farm*, cultivar em uma fazenda, mas nos jogos é usado como sinônimo de acumulação de recursos), somada a uma palavra ligada ao campo do simbólico (aura, ou atmosfera transmitida por alguém), revelando muito mais do que uma simples brincadeira. Ela oferece uma oportunidade para compreendermos como a linguagem se transforma, como os grupos sociais constroem identidades coletivas e como as novas gerações produzem seus próprios códigos culturais.

As gírias podem ser consideradas como sinais de empobrecimento da língua, mas representam um fenômeno complexo e profundamente humano. São manifestações da criatividade linguística, da necessidade de pertencimento e dessa renovação cultural da sociedade. Nas redes digitais, percebe-se o fluxo contínuo de novas palavras, expressões e significados.

Por mais que exista a ideia de que a linguagem seja apenas um instrumento para transmitir informações, diversos estudiosos demonstraram que ela é muito mais do que isso. Porque ela não só descreve a realidade, mas participa da sua construção.

O filósofo e teórico russo Mikhail Bakhtin defendia que toda palavra nasce em um contexto social e carrega marcas dos seus interlocutores. Para ele, a linguagem é dialógica, a partir de diferentes vozes, perspectivas e experiências. É necessário compreender quem fala, para quem fala e o contexto da fala. Nenhuma palavra é neutra, todas trazem valores, memórias e significados.

Essa perspectiva nos ajuda a compreender por que as gírias estão sempre surgindo. Elas não são desvios da língua, são criações de novos sentidos para acompanhar os novos tempos e as transformações sociais. Quando jovens utilizam expressões como “farmar aura”, não estão apenas criando uma moda passageira; estão criando um discurso com elementos da cultura digital desse tempo de jogos eletrônicos e das redes sociais; criando expressão que comunicam experiências.

As gírias sempre existiram. Cada geração desenvolveu seu próprio repertório: bacana, legal, maneiro, massa ou irado foram, em algum momento, expressões específicas de grupos e tribos. O que mudou nas últimas décadas foi a velocidade que circulam essas novidades. Antes, uma gíria podia levar anos para se espalhar por uma região ou país, mas atualmente, uma expressão criada no meio virtual pode se difundir em questão de dias.

As plataformas digitais funcionam como laboratórios permanentes de criação linguística. Influenciadores, criadores de conteúdo, jogadores, músicos e usuários comuns produzem diariamente novas palavras que circulam em vídeos, memes, comentários e mensagens instantâneas. As palavras estão vivas, se reinventando a cada geração, ganhando novos significados de acordo com as mudanças culturais e tecnológicas. Cancelar virou rejeitar publicamente alguém; viralizar agora é espalhar um conteúdo rapidamente na internet; stalkar é investigar as redes sociais de alguém, e por aí vai. A linguagem contemporânea está rápida e dinâmica, o que reflete a própria velocidade das interações digitais.

Minha compreensão desse fenômeno não vem apenas da leitura de autores que estudam a linguagem. Ela também nasce da convivência cotidiana com meu filho Matias, de 12 anos. Foi por meio dele que ouvi pela primeira vez expressões como “farmar aura” e tantas outras que surgem e desaparecem com rapidez nas redes sociais.

Num primeiro momento, essas expressões podem soar estranhas para quem pertence a outra geração. Porém, ao observá-las mais atentamente, percebi que elas cumprem uma função importante na construção das relações entre os adolescentes. Mais do que palavras, elas representam formas de acolhimento, reconhecimento, pertencimento e compartilhamento de experiências. Ao acompanhar as conversas de Matias e de seus amigos, fica evidente que essas gírias funcionam como marcadores culturais. Os jovens se identificam entre si, constroem referências comuns e expressam suas vivências nesse mundo conectado virtualmente.

Essa experiência em casa me levou a compreender que, muitas vezes, os adultos podem observar as transformações da linguagem com desconfiança, quando talvez deveriam enxergá-las também como oportunidades para compreender melhor essas novas gerações. Em vez de representar uma ameaça à língua, percebemos que a invenção de novas expressões revela a criatividade e a vitalidade da cultura juvenil.

A linguagem desempenha papel fundamental na adolescência, que é um período marcado pela busca de identidade. Nessa fase, meninos e meninas procuram referências para compreenderem quem são e a qual grupo pertencem. Quando adolescentes utilizam as mesmas gírias, buscam identificação, demonstram familiaridade com um conjunto comum de referências culturais. Funciona como uma espécie de senha simbólica que comunica esse pertencimento a um grupo.

Além disso, as gírias fortalecem vínculos afetivos. Piadas internas, memes e formas específicas de falar criam um sentimento de proximidade que favorece a formação de amizades e comunidades, construindo laços sociais. Entretanto, a linguagem não é apenas um instrumento de integração. Ela também pode produzir distinções e exclusões.

Nesse âmbito, o sociólogo francês Pierre Bourdieu demonstrou que diferentes formas de falar possuem valores distintos dentro da sociedade. Segundo ele, existe aquilo que chamou de capital linguístico: determinadas maneiras de se expressar são mais

valorizadas socialmente do que outras. Essa reflexão ajuda a compreender por que algumas gírias são celebradas enquanto outras são estigmatizadas. Muitas vezes, os julgamentos sobre a linguagem não estão relacionados à qualidade das palavras em si, mas aos grupos sociais que as utilizam.

Ademais, as próprias gírias podem funcionar como mecanismos de inclusão e exclusão. Ao mesmo tempo que fortalecem o sentimento de pertencimento entre aqueles que compartilham os mesmos códigos, podem gerar estranhamento ou afastamento para quem não os conhece. Assim, a linguagem revela-se um espaço de negociação constante entre identidade, poder e reconhecimento social.

Segundo o educador brasileiro Paulo Freire, que também oferece contribuições valiosas para essa discussão, aprender a linguagem envolve muito mais do que decodificar palavras. Trata-se de aprender a ler o mundo. Segundo Freire, as palavras ganham sentido a partir da experiência concreta das pessoas. Por isso, toda linguagem está ligada à cultura, à história e às condições de vida dos sujeitos.

Sob essa perspectiva, as gírias juvenis não devem ser vistas apenas como fenômenos da linguagem, mas como expressões de uma geração que busca interpretar sua realidade e construir formas próprias de comunicação. Ao criar novas palavras, os jovens não estão apenas modificando a língua. Estão também produzindo novas maneiras de compreender suas relações sociais, seus valores e suas experiências no mundo.

As gírias constituem muito mais do que modismos passageiros. Elas revelam processos profundos de transformação cultural, construção de identidade e interação. Expressões como *farmar aura* demonstram como a linguagem acompanha as mudanças tecnológicas e culturais de cada época, incorporando referências dos jogos eletrônicos, das redes sociais e da vida digital. Ao mesmo tempo, mostram como os jovens utilizam a criatividade linguística para fortalecer vínculos, construir pertencimento e expressar novas formas de ver o mundo.

Autores como Bakhtin, Bourdieu e Paulo Freire ajudam a compreender que a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas um espaço onde identidades são construídas, relações de poder são negociadas e culturas são continuamente reinventadas.

Em vez de enxergar as gírias como ameaças à língua, talvez seja mais produtivo reconhecê-las como sinais de vitalidade. Afinal, uma língua viva é aquela que continua sendo criada por seus falantes. E, nesse processo permanente de invenção, cada geração deixa sua marca na história da linguagem.

Disponível em: <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/farmar-aura-pertencimento-e-juventude-na-era-digital/>. Acesso em: 2 jul. 2026. Adaptado.

1. A respeito da função coesiva que o termo “segundo” desempenha em 1 e em 2 a seguir, marque a alternativa correta.

“**Segundo**¹ o educador brasileiro Paulo Freire, que também oferece contribuições valiosas para essa discussão, aprender a linguagem envolve muito mais do que decodificar palavras. Trata-se de aprender a ler o mundo. **Segundo**² Freire, as palavras ganham sentido a partir da experiência concreta das pessoas. Por isso, toda linguagem está ligada à cultura, à história e às condições de vida dos sujeitos.”

- (A) O termo “segundo” em 1 atua como elemento de coesão intraparagráfica, introduzindo uma moldura enunciativa de autoridade para o enunciado subsequente, enquanto o “segundo” em 2 retoma o mesmo referente no interior do parágrafo, reforçando a coesão interna sem estabelecer conexão interparagráfica relevante.
- (B) O termo “segundo”, em ambos os casos, atua como operador argumentativo de alcance interparagráfico, estabelecendo relação de citação de autoridade que organiza a progressão global do texto, vinculando as informações ao discurso do autor citado e orientando a interpretação de todo o conjunto textual.
- (C) O termo “segundo”, nas duas ocorrências, exerce função exclusivamente referencial, sem valor coesivo, funcionando apenas como marcador de autoria, sem interferir na progressão argumentativa ou na organização sintática do período.
- (D) Os empregos de “segundo” em 1 e em 2 constituem operadores argumentativos de valor interparagráfico, responsáveis por articular blocos textuais distintos e garantir a progressão temática entre parágrafos, funcionando como elementos de retomada e expansão do ponto de vista do autor Paulo Freire.
- (E) O termo “segundo” em 1 apresenta função interparagráfica por introduzir a autoridade de Paulo Freire como base argumentativa do texto, enquanto o “segundo” em 2 desempenha função intraparagráfica de retomada anafórica, atuando apenas como recurso de reforço estilístico sem impacto na coesão estrutural do período.

2. “Ao acompanhar as conversas de Matias e de seus amigos, fica evidente que essas gírias funcionam como marcadores culturais.”

Desempenha a mesma função sintática do termo realçado anteriormente, o trecho destacado em:

- (A) “[...] a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas um espaço onde identidades são construídas.”
- (B) “E gerou muitas dúvidas entre os parentes sobre o que seria exatamente isso.”
- (C) “[...] podem gerar estranhamento ou afastamento para quem não os conhece.”
- (D) “Em vez de enxergar as gírias como ameaças à língua, talvez seja mais produtivo reconhecê-las como sinais de vitalidade.”
- (E) “[...] mas um espaço onde identidades são construídas, relações de poder são negociadas e culturas são continuamente reinventadas.”

3. Tendo por base a oração “As gírias sempre existiram”, aponte a alternativa correta, dentre os itens a seguir, acerca da norma-padrão do processo de concordância verbal.

- (A) Hão de existir sempre gíria.
- (B) Há de haver sempre gírias.
- (C) Há de existirem sempre gírias.
- (D) Hão de haverem sempre gírias.
- (E) Há de poderem haver sempre gírias.

4. “Por mais que exista a ideia de que a linguagem seja apenas um instrumento para transmitir informações, diversos estudiosos demonstraram que ela é muito mais do que isso.”

A respeito das relações sintáticas estabelecidas entre as orações do período antecedente, assinale a alternativa correta.

- (A) A oração “para transmitir informações” subordina-se à oração principal, exprimindo a finalidade da ação de **demonstrar**.
- (B) A oração “que ela é muito mais do que isso” subordina-se diretamente à oração concessiva, estabelecendo com ela uma relação de conclusão.
- (C) A oração “de que a linguagem seja apenas um instrumento” completa o sentido do substantivo **ideia**, integrando a oração concessiva; por sua vez, a oração reduzida “para transmitir informações” exprime a finalidade atribuída ao termo **instrumento** mencionado na oração anterior.
- (D) A oração “de que a linguagem seja apenas um instrumento” subordina-se diretamente à oração principal, exercendo a função de objeto direto do verbo **existir**.
- (E) A oração “que ela é muito mais do que isso” exerce a função de complemento nominal do substantivo **ideia**, enquanto a oração iniciada por **por mais que** exprime condição.

5. “Inundou o espaço entre adolescentes e jovens nas redes sociais: farmar aura. E gerou muitas dúvidas entre os parentes sobre o que seria exatamente isso.”

Acerca da formação do vocábulo farmar, é correto afirmar que:

- (A) O vocábulo farmar exemplifica um caso de hibridismo, uma vez que resulta da combinação de elementos pertencentes a línguas distintas na formação de uma única palavra.
- (B) O emprego de farmar caracteriza um processo de siglônização, pois transforma uma unidade lexical estrangeira em uma forma pronunciável e adaptada ao português.
- (C) O vocábulo farmar constitui um neologismo lexical e semântico, pois, além de introduzir uma nova unidade vocabular no português, amplia o significado já existente do radical farm-, adaptando-o ao contexto dos jogos eletrônicos.
- (D) No contexto em que é empregado, farmar exemplifica um caso de braquissmia contextual, pois seu significado é recuperado pela situação comunicativa, correspondendo ao sentido originalmente atribuído ao verbo no inglês.
- (E) O vocábulo farmar resulta de um processo de lexicalização de um empréstimo linguístico, em que uma base inglesa é integrada ao sistema verbal do português por adaptação morfológica, constituindo, assim, um neologismo lexical.

6. “Em vez de enxergar as gírias como ameaças à língua, talvez seja mais produtivo reconhecê-las como sinais de vitalidade.”

Atente-se à estrutura da palavra vitalidade para indicar o item correto a seguir.

- (A) O sufixo -idade é um alomorfe de -al, pois ambos atuam na derivação de palavras abstratas, sendo responsáveis pela transposição de substantivos em adjetivos por meio de adaptação fonológica regressiva.
- (B) A palavra *vitalidade* resulta de um processo de aglutinação, no qual ocorre apagamento de segmentos intermediários, por interferência morfofonológica e consequente reorganização do radical lexical.
- (C) A palavra *vitalidade* apresenta estabilidade morfológica na base lexical em relação à raiz vid- e não alomorfia, pois o radical vit- mantém sua forma invariável em todas as derivações do português, como se observa em *vitalismo* e *vitalina*.
- (D) O segmento -al- em *vitalidade* constitui um alomorfe do sufixo -idade, uma vez que ambos exercem a função de derivar substantivos abstratos a partir de bases adjetivais, havendo redução morfofonológica do sufixo em contextos específicos.
- (E) O fenômeno da alomorfia em *vitalidade* ocorre no radical vit-, que se expande para vital- em razão de interferência morfofonológica condicionada pelo sufixo -idade, caracterizando um ajuste sonoro entre base e afixo na formação do vocábulo.

7. “Nessa fase, meninos e meninas procuram referências para compreenderem quem são e a qual grupo pertencem.”

Como em “a qual grupo pertencem”, a relação regencial também respeita a norma-padrão na alternativa:

- (A) A cidade na qual chegaram estava sem iluminação pública.
- (B) Seus relatos implicam em que circunstâncias tudo ocorreu.
- (C) A moça a cuja mãe me referi foi minha aluna.
- (D) O projeto que mais confiávamos foi arquivado antes da votação.
- (E) O cargo que ele mais aspirava acabou sendo ocupado por outro candidato.

8. “Cancelar virou rejeitar publicamente alguém; viralizar agora é espalhar um conteúdo rapidamente na internet; stalkear é investigar as redes sociais de alguém.”

Acerca da estrutura sintática das orações do período em voga, marque a alternativa correta.

- (A) Os infinitivos presentes no trecho introduzem orações subordinadas substantivas subjetivas reduzidas de infinitivo.
- (B) Os infinitivos “cancelar”, “viralizar” e “stalkear” exercem simultaneamente as funções de sujeito e de predicativo do sujeito, em razão de sua natureza nominal.
- (C) A substantivação do infinitivo impede que ele mantenha propriedades verbais, razão pela qual os termos “alguém”, “um conteúdo” e “as redes sociais de alguém” não exercem função sintática em relação aos infinitivos.
- (D) Os infinitivos “cancelar”, “viralizar” e “stalkear” exercem a função de sujeito das respectivas orações, ao passo que os infinitivos “rejeitar”, “espalhar” e “investigar” são os núcleos das orações reduzidas de infinitivo que exercem a função de predicativo do sujeito.
- (E) As construções “rejeitar publicamente alguém”, “espalhar um conteúdo rapidamente na internet” e “investigar as redes sociais de alguém” exercem função de objeto direto oracional dos verbos “virar” e “ser”, por ter função integrante próprias de complementos.

9. O segmento I destacado abaixo pode ser representado pela seguinte estrutura, acompanhando a lógica sintática: **C = Z N E O**.

I. [...] **o educador brasileiro Paulo Freire** também **oferece contribuições valiosas** para essa discussão.

Associando os símbolos empregados, assinale a alternativa que representa corretamente os elementos sintáticos, respectivamente, do segmento destacado no período II a seguir:

II. [...] **Resolveram os alunos as questões?**

- (A) C = Z N O E.
- (B) C = N Z O E.
- (C) C = N O Z E.
- (D) C = Z O N E.
- (E) C = N Z E O.

10. A partir das funções desempenhadas pelos grupos da sintaxe, indique a alternativa em que esteja corretamente indicado como a estrutura sintática canônica seguinte deve ser representada graficamente.

“[...] **gírias fortalecem vínculos afetivos.**”

- (A) ● ← ★ → ◆ ← ◆
- (B) ★ ← ● → ◆ ← ◆
- (C) ● → ★ ← ◆ ← ◆
- (D) ● → ★ → ◆ ← ◆
- (E) ◆ ← ◆ ← ★ ← ●

Noções de Informática

11. Uma equipe administrativa de um órgão público mantém documentos institucionais armazenados em uma estrutura hierárquica de diretórios compartilhados. Para facilitar o acesso a relatórios frequentemente utilizados, os servidores criam atalhos em diferentes locais do sistema operacional, evitando a duplicação desnecessária de arquivos e reduzindo o consumo de espaço de armazenamento.

A organização adequada de arquivos, pastas e atalhos constitui uma prática essencial para a gestão eficiente da informação em ambientes computacionais. Em sistemas operacionais modernos, a distinção entre o objeto original e os mecanismos de acesso a ele influencia diretamente atividades de armazenamento, movimentação e manutenção de documentos.

Considerando os conceitos de arquivos, diretórios e atalhos em sistemas operacionais Windows e Linux, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica relacionada ao uso de atalhos.

- (A) Um atalho consiste em um elemento de referência que aponta para um objeto existente, permitindo acesso ao recurso sem representar uma cópia integral de seu conteúdo.
- (B) Um atalho corresponde a uma réplica sincronizada do arquivo original, preservando permanentemente os dados mesmo após a exclusão do recurso referenciado.
- (C) Um atalho representa um diretório especial utilizado para armazenar versões históricas de documentos, mantendo independência em relação ao arquivo associado.
- (D) Um atalho constitui um mecanismo de compactação automática que reduz o tamanho do arquivo original sem alterar sua localização lógica no sistema.
- (E) Um atalho corresponde a um arquivo executável autônomo capaz de reconstruir integralmente o conteúdo do recurso associado quando este for removido.

12. A transformação digital dos serviços públicos tem ampliado o uso de documentos eletrônicos assinados digitalmente. Em processos administrativos eletrônicos, contratos, pareceres técnicos e despachos podem ser assinados e armazenados digitalmente, reduzindo custos operacionais e aumentando a rastreabilidade dos atos administrativos. Para que tais documentos possuam validade jurídica e técnica, mecanismos criptográficos são empregados para garantir propriedades específicas de segurança da informação. Considerando os conceitos de assinatura digital e os princípios fundamentais da segurança da informação, assinale a alternativa que apresenta corretamente a finalidade técnica proporcionada pelo mecanismo de assinatura digital em um documento eletrônico.

- (A) Garantir que o conteúdo permaneça armazenado em ambiente criptografado, independentemente do sistema utilizado para sua transmissão ou arquivamento.
- (B) Possibilitar a verificação da autoria e da integridade do documento, permitindo identificar alterações realizadas após o processo de assinatura.
- (C) Assegurar que somente usuários previamente autorizados consigam visualizar o documento, mesmo quando armazenado em repositórios públicos.
- (D) Impedir a realização de cópias do documento eletrônico por meio da aplicação automática de controles de acesso baseados em certificados.
- (E) Eliminar a necessidade de mecanismos complementares de autenticação em sistemas corporativos que utilizem certificados digitais.

13. Em processos de inteligência organizacional, planilhas eletrônicas são frequentemente utilizadas para consolidar informações provenientes de múltiplas fontes de dados. No ambiente corporativo e governamental, tornou-se comum a importação de conjuntos de dados externos, seguida de operações de transformação, classificação, filtragem e análise automatizada. As versões mais recentes do Microsoft Excel incorporam recursos capazes de estabelecer conexões com arquivos, bancos de dados, páginas web e outros repositórios, permitindo a atualização periódica das informações sem necessidade de redigitação manual.

Considerando os recursos de obtenção e tratamento de dados disponíveis no Microsoft Excel M365, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica relacionada à importação de dados externos para uma planilha.

- (A) A importação de dados externos converte automaticamente todas as informações obtidas em valores estáticos, impossibilitando qualquer atualização posterior da origem consultada.
- (B) A obtenção de dados externos exige que todas as informações sejam previamente convertidas para o formato XLSX, independentemente da tecnologia utilizada na origem.
- (C) A atualização de dados provenientes de fontes externas depende exclusivamente da execução de macros VBA, não podendo ser realizada por recursos nativos da plataforma.
- (D) A conexão com fontes externas permite recuperar dados periodicamente a partir da origem configurada, preservando regras de transformação definidas durante o processo de importação.
- (E) A classificação de registros importados somente pode ser realizada após a conversão integral dos dados em tabelas dinâmicas vinculadas à fonte original.

14. A utilização de serviços digitais no setor público e privado depende do funcionamento integrado de diversos protocolos da Internet. Embora o usuário normalmente interaja apenas com navegadores e páginas web, existe uma infraestrutura lógica responsável pela localização de recursos, estabelecimento de conexões e transferência segura de informações entre dispositivos distribuídos em diferentes redes.

Durante o acesso a um portal institucional por meio do endereço eletrônico <https://www.exemplo.gov.br>, diferentes componentes participam do processo de localização e disponibilização do conteúdo solicitado ao usuário. Considerando os conceitos de URL, protocolos e serviços da Internet, assinale a alternativa que apresenta corretamente a função associada a um desses componentes.

- (A) O domínio presente no endereço eletrônico corresponde ao mecanismo responsável por criptografar os dados transmitidos entre o navegador e o servidor remoto.
- (B) O protocolo HTTPS atua como um serviço de resolução de nomes, convertendo automaticamente domínios da Internet em endereços físicos de armazenamento.
- (C) A URL identifica um recurso disponível na rede e pode incluir informações como protocolo de acesso, domínio e localização específica do conteúdo solicitado.
- (D) O navegador substitui integralmente os serviços de rede durante a navegação, assumindo as funções de resolução de nomes e hospedagem das páginas acessadas.
- (E) O hiperlink representa um protocolo de comunicação responsável pelo transporte dos dados entre dispositivos conectados à Internet.

15. A adoção de soluções baseadas em inteligência artificial tem se expandido em órgãos públicos de diferentes esferas governamentais. Ferramentas capazes de gerar textos, resumir documentos, apoiar pesquisas e auxiliar na análise de informações vêm sendo utilizadas para aumentar a produtividade e apoiar atividades administrativas. Nesse contexto, a qualidade dos resultados produzidos por sistemas de IA generativa está diretamente relacionada à forma como as instruções são fornecidas ao modelo.

Considerando os conceitos básicos de inteligência artificial generativa e as técnicas de elaboração de prompts, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica associada à construção de instruções eficazes para obtenção de respostas mais aderentes ao objetivo pretendido.

- (A) A utilização exclusiva de comandos extremamente curtos reduz a necessidade de interpretação do sistema e garante uniformidade dos resultados produzidos.
- (B) A repetição sucessiva da mesma instrução substitui a necessidade de detalhamento dos requisitos e assegura respostas equivalentes em diferentes cenários.
- (C) A formulação de solicitações genéricas elimina ambiguidades de interpretação e favorece a produção de conteúdos especializados e contextualizados.
- (D) A especificação de restrições e critérios de saída reduz a capacidade de processamento do modelo e compromete a qualidade das respostas geradas.
- (E) A definição clara do contexto, da tarefa esperada e do formato desejado para a resposta tende a aumentar a precisão dos resultados produzidos pelo sistema.

Legislação e Ética no Serviço Público

16. Aduz o Código de Ética e Conduta dos Servidores da ALECE (Resolução nº 783/2026) que a designação ou nomeação de servidores para funções essenciais à gestão de contratações, tais como agente de contratação, equipes de apoio, gestor e fiscal de contratos, fica condicionada à verificação prévia de integridade e de impedimentos legais. A verificação abrangerá, no mínimo:

- (A) Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física dos últimos cinco exercícios fiscais; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.
- (B) Certidão de cruzamento de informações, com auxílio do Departamento de Gestão de Pessoas, da Central de Contratações e do Departamento de Administração, com cadastros de fornecedores e registros de contratações da Assembleia, a fim de identificar recorrência de relações com potenciais impactos na imparcialidade; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.
- (C) Apresentação, pelo indicado, de declaração de inexistência de impedimentos administrativos, cíveis, eleitorais e penais, incluindo inexistência de condenação por ato de improbidade administrativa; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.
- (D) Autorização da Comissão Permanente de Ética e Inquérito Administrativo e do Departamento de Gestão de Pessoas, quando houver indícios de conflito de interesses ou descumprimento de dever de declaração; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.
- (E) Declaração prévia e individual do servidor, antes de integrar equipe de planejamento, comissão, subcomissão, equipe de apoio, pregoaria, gestão ou fiscalização contratual, quanto à inexistência de impedimento ou à existência de vínculos referidos; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.

17. Ensina a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que a garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento, define corretamente o conceito de:

- (A) Transparência.
- (B) Responsabilização.
- (C) Integridade.
- (D) Qualidade dos dados.
- (E) Livre acesso.

18. Nas lições da Lei Estadual nº 9.826/1974 e suas alterações (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Ceará), o estágio probatório é o triênio de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo, contado do início do exercício funcional, durante o qual é observado o atendimento dos requisitos necessários à confirmação do servidor nomeado em virtude de concurso público. Sobre o tema, assinala-se corretamente apenas o que se afirma em:

- (A) Durante o estágio probatório, os cursos de treinamento para aperfeiçoamento do servidor, promovidos pela Administração, serão de participação voluntária, sempre que forem realizados fora do horário regular de serviço.
- (B) Como condição para aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- (C) A avaliação especial de desempenho do servidor será realizada ordinariamente, diante da ocorrência de algum fato dela motivador.
- (D) O servidor em estágio probatório fará jus à ascensão funcional.
- (E) O estágio probatório independe do processo seletivo, devendo ser obrigatoriamente supervisionado pela Comissão específica.

19. Resolve a Resolução nº 751/2022 que são atribuições do primeiro-secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, as corretamente enumeradas apenas em:

- (A) Decidir, em primeira instância, recursos contra atos da Diretoria-Geral; colaborar na execução do Regimento Interno; dentre outros.
- (B) Fazer a leitura da matéria constante da Ordem do Dia; organizar o livro de assentamento das discussões e votações das proposições em curso e, sobre elas, quando solicitado, prestar informações aos deputados; dentre outras.
- (C) Superintender os setores de Relações Públicas, Cerimonial e Transportes do Poder Legislativo; receber o deputado que venha prestar compromisso; dentre outras.
- (D) Dirigir a atividade de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública na área de segurança da Assembleia Legislativa; substituir o vice-presidente em seus impedimentos e suas ausências; dentre outras.
- (E) Convocar os suplentes de deputados nos casos de licença ou de vaga; fazer reiterar os pedidos de informações, na forma do Regimento; dentre outras.

20. Aduz a Lei Estadual nº 17.091/2019 e alterações (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração da ALECE) que a gratificação por execução de trabalhos em condições especiais, inclusive com risco de vida e saúde, será atribuída por Ato da Mesa Diretora aos servidores em efetivo exercício dos cargos/funções em atividades insalubres e/ou perigosas, inclusive com risco de vida ou saúde, nas unidades da estrutura organizacional do Poder Legislativo, conforme regulado em Ato Normativo. Sobre o tema, está correto apenas o contido em:

- (A) A gratificação por execução de trabalhos em condições especiais, inclusive com risco de vida e saúde, corresponderá a 15% (quinze por cento), calculada sobre o vencimento base do servidor e será concedida a partir da publicação do Ato concessivo expedido pela Mesa Diretora, com efeitos financeiros a partir da data de protocolo do requerimento.
- (B) Somente poderão ser designados novos servidores para lotação em unidades da estrutura organizacional que possuam atividades insalubres e/ou perigosas, inclusive com risco de vida ou saúde, mediante voluntariedade do servidor.
- (C) O valor da gratificação de que trata o Regimento dependerá do grau de complexidade das atribuições, conforme os níveis e padrões estabelecidos legalmente.
- (D) O servidor que percebe a gratificação de que trata o Regimento perderá o direito à sua percepção quando afastado das suas funções na unidade administrativa e/ou da atividade considerada insalubre ou preclusa, incluindo-se os casos de aposentadoria, férias e licença para tratamento de saúde.
- (E) A gratificação por execução de trabalho em condições especiais, inclusive com risco de vida e saúde, integrará a base de contribuição previdenciária e será incorporada aos proventos da aposentadoria, desde que seja comprovado o efetivo exercício do servidor em atividades insalubres e/ou preclusas, por período de 5 (cinco) anos ininterruptos ou 10 (dez) anos intercalados, em caso de utilização das regras de transição para a aposentadoria.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Durante processo de modernização institucional, a Mesa Diretora de determinada Assembleia Legislativa verificou que decisões estratégicas eram adotadas sem metodologia uniforme de acompanhamento, inexistindo mecanismos estruturados para avaliação dos resultados alcançados, monitoramento de riscos corporativos e prestação sistemática de informações à sociedade e aos órgãos de controle.

Com a finalidade de fortalecer a capacidade institucional de direcionamento estratégico, aperfeiçoar a coordenação das instâncias decisórias e ampliar a confiabilidade dos processos de monitoramento e controle, foi instituído novo modelo de atuação organizacional voltado ao aprimoramento da gestão institucional. À luz dos referenciais contemporâneos de governança pública, o modelo descrito encontra fundamento no entendimento segundo o qual a governança:

- (A) Consiste no conjunto de mecanismos voltados à coordenação operacional das unidades administrativas, priorizando a execução de atividades finalísticas e o cumprimento de rotinas organizacionais.
- (B) Corresponde ao conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle destinados a avaliar, direcionar e monitorar a atuação institucional, com vistas à geração sustentável de valor público, integridade institucional e direcionamento estratégico.
- (C) Constitui processo essencialmente político voltado à negociação de interesses corporativos, com foco prioritário na acomodação de conflitos de agência entre os atores envolvidos.
- (D) Caracteriza sistema de supervisão institucional voltado ao alinhamento entre objetivos organizacionais e atuação administrativa, priorizando a conformidade normativa e a estabilidade decisória dos processos organizacionais.
- (E) Traduz sistema voltado predominantemente à conformidade financeira e orçamentária, tendo os resultados institucionais relevância acessória.

22. Uma Assembleia Legislativa pretende instituir indicador destinado a avaliar a capacidade de seus projetos de modernização administrativa produzirem benefícios sustentáveis para os usuários internos e externos. Após análise metodológica, foram propostas diferentes métricas. A métrica que melhor se associa ao conceito de efetividade é:

- (A) Percentual de recursos orçamentários executados em cada projeto.
- (B) Grau de transformação observado na realidade institucional em decorrência da intervenção implementada.
- (C) Número de atividades concluídas pelas equipes executoras.
- (D) Relação entre produtos entregues e recursos consumidos.
- (E) Quantidade de processos administrativos finalizados no período.

23. Um Analista Legislativo foi incumbido de coordenar a revisão do Planejamento Estratégico Institucional. Durante os trabalhos, verificou-se que diversas iniciativas apresentavam elevado grau de execução física, embora os indicadores vinculados aos objetivos estratégicos demonstrassem evolução limitada dos resultados pretendidos. Após análise técnica, concluiu-se que havia desalinhamento entre os projetos executados e a lógica estratégica institucional. Nessa situação, a providência mais compatível com a metodologia de planejamento estratégico é:

- (A) Reavaliar a estrutura dos indicadores estratégicos, sem revisão prévia dos objetivos estratégicos, de modo que as métricas se adaptem ao nível de execução física observado.
- (B) Ampliar o quantitativo de iniciativas estratégicas para aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos institucionais.
- (C) Revisar o encadeamento entre objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas, verificando a coerência causal existente entre esses elementos.
- (D) Substituir os responsáveis pela execução dos projetos, considerando que o problema decorre da insuficiência operacional das equipes.
- (E) Priorizar indicadores de esforço em detrimento dos indicadores de resultado para refletir a intensidade das atividades executadas.

24. Ao avaliar a implementação de um sistema de gestão por resultados, constatou-se que determinadas unidades administrativas passaram a concentrar esforços no cumprimento de metas quantitativas de curto prazo, produzindo indicadores favoráveis, porém sem evidências de melhoria relevante na percepção dos usuários dos serviços prestados. Sob a perspectiva da gestão pública orientada a resultados, essa situação evidencia o(a):

- (A) Fortalecimento da efetividade institucional, ainda que os usuários não percebam benefícios concretos.
- (B) Predominância de indicadores de impacto sobre indicadores de processo.
- (C) Convergência entre desempenho operacional e geração de valor público.
- (D) Possibilidade de dissociação entre alcance de metas e efetividade das políticas ou serviços implementados.
- (E) Demonstração suficiente de accountability institucional.

25. Em auditoria realizada sobre determinado processo institucional, verificou-se que controles existentes eram capazes de identificar irregularidades após sua ocorrência e de promover medidas destinadas à correção de seus efeitos, mas insuficientes para reduzir a probabilidade de sua concretização. Sob a ótica dos controles internos, a situação descrita evidencia predominância de controles:

- (A) Detectivos e corretivos em relação aos preventivos.
- (B) Estratégicos em relação aos operacionais.
- (C) Gerenciais em relação aos financeiros.
- (D) Sistêmicos em relação aos organizacionais.
- (E) Estruturais em relação aos procedimentais.

26. Durante a elaboração da matriz corporativa de riscos de um órgão legislativo, identificou-se evento cuja ocorrência poderia comprometer significativamente a confiabilidade dos dados utilizados na formulação de decisões estratégicas. Após a aplicação da metodologia institucional de avaliação de riscos, o evento foi enquadrado em faixa de criticidade elevada, demandando tratamento prioritário e acompanhamento pela alta administração. Considerando as práticas contemporâneas de gestão de riscos, a classificação atribuída ao evento decorre de:

- (A) Relevância estratégica do processo afetado pelo evento, considerada isoladamente em relação aos objetivos institucionais.
- (B) Combinação entre probabilidade e impacto associados ao evento analisado.
- (C) Quantidade de controles existentes na unidade responsável.
- (D) Relevância orçamentária da atividade afetada.
- (E) Grau de autonomia funcional do setor responsável pelo processo.

27. Um programa governamental sujeito à avaliação de resultados e voltado ao fortalecimento da participação cidadã foi submetida à avaliação após quatro anos de implementação. O estudo buscou analisar os efeitos observados após diferentes ciclos de implementação, verificando em que medida as mudanças no comportamento dos destinatários poderiam ser associadas à intervenção realizada. No ciclo das políticas públicas, a atividade descrita corresponde predominantemente:

- (A) À formulação de alternativas.
- (B) À definição da agenda governamental.
- (C) Ao monitoramento de processos internos.
- (D) À avaliação dos resultados e impactos da política implementada.
- (E) À identificação preliminar do problema público.

28. Ao examinar um programa de transformação digital, verificou-se que os objetivos previstos foram integralmente alcançados, com redução significativa do tempo de atendimento aos usuários. Contudo, os custos incorridos superaram substancialmente as estimativas originalmente estabelecidas. Nessa situação, é correto afirmar que houve evidência de:

- (A) Eficácia demonstrada, com economicidade comprometida.
- (B) Economicidade e eficácia comprometidas.
- (C) Eficiência preservada e eficácia comprometida.
- (D) Economicidade preservada e efetividade comprometida.
- (E) Eficácia comprometida e eficiência preservada.

29. Um Analista Legislativo recebeu a incumbência de desenvolver ambiente integrado para consolidação de dados oriundos de diferentes sistemas corporativos, permitindo análises multidimensionais e apoio à tomada de decisão estratégica. Nesse contexto, o uso de soluções de Business Intelligence possui como finalidade principal:

- (A) Substituir os sistemas transacionais responsáveis pelo registro das operações administrativas.
- (B) Promover a integração, transformação e análise de dados para geração de informações úteis ao processo decisório.
- (C) Eliminar a necessidade de validação dos dados produzidos pelas unidades administrativas.
- (D) Centralizar atividades operacionais em ambiente de processamento estatístico isolado.
- (E) Converter automaticamente dados históricos em previsões estratégicas definitivas.

30. Ao estruturar painel estratégico para acompanhamento do Planejamento Institucional, o Analista Legislativo buscou assegurar que os gestores pudessem identificar tendências, desvios relevantes e relações entre indicadores de forma tempestiva, permitindo acompanhamento contínuo do desempenho organizacional e adoção célere de medidas corretivas quando necessário. Considerando especificamente o objetivo descrito no caso apresentado, a funcionalidade que melhor traduz a finalidade principal do dashboard gerencial é:

- (A) Consolidar informações provenientes de diferentes fontes institucionais, preservando rastreabilidade dos dados e permitindo consultas analíticas em múltiplos níveis de detalhamento.
- (B) Integrar indicadores estratégicos, táticos e operacionais em ambiente único de monitoramento, possibilitando visão sistêmica do desempenho organizacional.
- (C) Concentrar informações críticas e contextualizadas de desempenho em representação visual sintética, favorecendo monitoramento contínuo, identificação de desvios e suporte tempestivo à tomada de decisão.
- (D) Estruturar ambiente analítico orientado à exploração de séries históricas e correlações entre variáveis institucionais, ampliando a capacidade de compreensão dos fenômenos organizacionais.
- (E) Organizar dados e indicadores institucionais segundo parâmetros de governança da informação, promovendo transparência gerencial e substituindo os mecanismos formais de monitoramento institucional.

31. No âmbito de uma Assembleia Legislativa, determinada autoridade editou ato administrativo destinado a reorganizar o fluxo interno de tramitação de processos administrativos relacionados ao monitoramento do planejamento estratégico institucional. Após sua edição, verificou-se que o ato observava os requisitos legais de competência, forma e finalidade, porém continha pressupostos fáticos posteriormente demonstrados como inexistentes. Considerando a teoria dos atos administrativos, a situação descrita afeta predominantemente:

- (A) O atributo da imperatividade, por comprometer a coercibilidade do ato perante os administrados.
- (B) O elemento motivo, em razão da inadequação entre os pressupostos de fato considerados e a realidade verificada.
- (C) O elemento objeto, por tornar impossível a execução material da decisão administrativa.
- (D) O requisito forma, pois a validade do ato depende da correspondência entre os fatos alegados e os fatos efetivamente ocorridos.
- (E) A finalidade administrativa, uma vez que a inexistência dos pressupostos fáticos impede a persecução do interesse público.

32. Durante auditoria interna realizada em uma Assembleia Legislativa, verificou-se que determinado servidor, ocupante de cargo de provimento efetivo vinculado à área de tecnologia da informação, deixou de observar protocolos institucionais obrigatórios relacionados à segurança da informação, expondo dados estratégicos utilizados no monitoramento do planejamento institucional e dos indicadores de desempenho da Casa. Após a instauração do procedimento administrativo cabível, discutiu-se a aplicação de sanção funcional em razão do descumprimento dos deveres inerentes ao cargo público, sem prejuízo da existência de normas gerais destinadas à proteção dos sistemas informacionais e dos dados sob guarda da Administração. Considerando a natureza da relação jurídica descrita e os poderes administrativos envolvidos, a aplicação da sanção funcional encontra fundamento no exercício do:

- (A) Poder regulamentar, em razão da necessidade de disciplinar procedimentos relacionados à segurança da informação no âmbito administrativo.
- (B) Poder disciplinar, em virtude da relação especial de sujeição existente entre a Administração e o servidor submetido ao regime jurídico funcional.
- (C) Poder hierárquico, em virtude da prerrogativa de supervisão exercida pelos superiores sobre os agentes integrantes da estrutura administrativa.
- (D) Poder normativo, em razão da competência administrativa para editar regras relacionadas à proteção de dados e governança da informação.
- (E) Poder de polícia administrativa, uma vez que a medida busca preservar interesses públicos relacionados à integridade dos sistemas institucionais.

33. Durante a implementação de programa de transformação digital da Assembleia Legislativa, foram identificadas inconsistências relevantes entre os indicadores de desempenho divulgados internamente e os critérios efetivamente utilizados para sua mensuração. Em razão da situação constatada, órgãos responsáveis pela fiscalização institucional passaram a requisitar informações complementares, determinar ajustes metodológicos e acompanhar a adoção de providências corretivas pela administração da Casa. Considerando os mecanismos contemporâneos de controle e responsabilização no setor público, a situação descrita evidencia predominantemente manifestação de:

- (A) Participação colaborativa dos cidadãos na formulação e monitoramento das políticas públicas desenvolvidas pela instituição.
- (B) Coordenação interorganizacional voltada ao compartilhamento de recursos e competências entre diferentes órgãos administrativos.
- (C) Accountability horizontal, caracterizada pela atuação de instituições estatais dotadas de competência para fiscalizar, controlar ou exigir justificativas de outros órgãos e agentes públicos.
- (D) Governabilidade institucional, decorrente da capacidade política de obtenção de apoio para implementação das decisões estratégicas da organização.
- (E) Descentralização administrativa destinada à redistribuição das competências decisórias e operacionais entre diferentes entidades públicas.

34. Durante procedimento administrativo instaurado para apuração de irregularidade contratual, a autoridade responsável determinou a produção de prova técnica adicional antes da tomada de decisão final, ainda que nenhuma das partes tivesse formulado requerimento nesse sentido. A atuação descrita encontra fundamento predominante no princípio da:

- (A) Oficialidade.
- (B) Publicidade.
- (C) Autotutela.
- (D) Descentralização.
- (E) Especialidade.

35. Ao estruturar o portfólio estratégico de projetos institucionais destinado à execução dos objetivos previstos no Planejamento Estratégico da Assembleia Legislativa, determinado Analista Legislativo verificou que dois projetos apresentavam elevado potencial de geração de valor público e contribuição para os indicadores estratégicos da instituição, porém competiam pelos mesmos recursos humanos especializados. Após análise técnica, concluiu-se que a decisão sobre priorização deveria observar critérios de alinhamento estratégico, benefícios esperados, riscos associados, contribuição para os resultados institucionais e capacidade organizacional de execução. A abordagem descrita corresponde predominantemente à:

- (A) Gestão da qualidade operacional.
- (B) Elaboração do cronograma executivo.
- (C) Estrutura analítica do projeto.
- (D) Gestão das aquisições.
- (E) Gestão integrada do portfólio de projetos.

36. Durante a revisão do sistema de monitoramento institucional da Assembleia Legislativa, um Analista Legislativo identificou que determinado programa estratégico possuía metas físicas compatíveis com os objetivos institucionais de longo prazo, porém não encontrava correspondência adequada nas prioridades definidas para o exercício seguinte nem nos recursos efetivamente autorizados para sua execução. Após análise técnica, concluiu-se que havia deficiência de integração entre os principais instrumentos de planejamento e orçamento público. Nesse contexto, a situação descrita compromete, predominantemente, a coerência entre:

- (A) Governança pública, gestão de riscos e controle social.
- (B) Planejamento estratégico, gestão de projetos e gestão de processos.
- (C) Accountability, transparência ativa e prestação de contas.
- (D) Plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual.
- (E) Indicadores de eficiência, eficácia e efetividade.

37. Ao mapear processos relacionados à elaboração de relatórios gerenciais destinados à alta administração, verificou-se a existência de retrabalhos recorrentes, múltiplas validações redundantes e variações significativas entre procedimentos executados por diferentes unidades. Após diagnóstico institucional, concluiu-se que a melhoria pretendida exigia abordagem orientada à padronização, racionalização de fluxos e eliminação de atividades que não agregavam valor ao resultado final. A providência descrita está mais diretamente associada ao conceito de:

- (A) Descentralização decisória.
- (B) Controle hierárquico corretivo.
- (C) Governabilidade institucional.
- (D) Gestão por competências organizacionais.
- (E) Gestão de processos com foco em melhoria contínua.

38. Determinada unidade responsável pelo monitoramento institucional passou a utilizar indicador destinado a medir o percentual de recomendações de auditoria efetivamente implementadas pelas áreas auditadas dentro do prazo pactuado. Embora o indicador apresentasse evolução consistente, verificou-se que os níveis gerais de desempenho organizacional permaneciam estáveis e sem alterações relevantes. Nessa situação, o indicador adotado mensura predominantemente:

- (A) Efetividade institucional.
- (B) Impacto organizacional.
- (C) Geração de valor público.
- (D) Desempenho relacionado à execução das iniciativas planejadas.
- (E) Transformação da realidade decorrente da atuação institucional.

39. No âmbito de sua política de modernização e controle, determinado órgão do Poder Legislativo implementou um portal de dados abertos para publicar de forma automatizada, periódica e independente de requerimento prévio, relatórios pormenorizados sobre a execução orçamentária, fluxos de auditoria e a remuneração de seus agentes públicos. Contudo, para conciliar essa divulgação espontânea com as salvaguardas de sigilo e a proteção de dados pessoais (LGPD), a instituição precisou parametrizar seus sistemas de inteligência institucional para que informações relativas à vida privada e à segurança de operações estratégicas fossem tarjadas ou omitidas antes da publicação. Considerando o regramento da Lei nº 12.527/2011 e a harmonia entre os princípios da publicidade e da intimidade, a conduta do órgão configura o cumprimento do dever de:

- (A) Transparência passiva mitigada, haja vista que a triagem prévia de dados pessoais impõe restrições ao direito fundamental de acesso à informação, exigindo interesse processual específico para a abertura integral dos relatórios.
- (B) Transparência ativa compatibilizada com as restrições legais relativas ao sigilo e à proteção de dados pessoais, caracterizada pela divulgação espontânea de informações de interesse coletivo ou geral.
- (C) Discricionariedade administrativa pautada, uma vez que a escolha dos dados a serem protegidos por sigilo decorre de juízo de conveniência e oportunidade do gestor, desde que voltada à ampliação do controle social.
- (D) Publicidade institucional reflexa, na qual a divulgação espontânea de atos administrativos fica condicionada à prévia autorização dos titulares dos dados afetados, sob pena de violação ao direito à intimidade.
- (E) Autotutela informativa restrita, em que a Administração Pública proativamente restringe o escopo de suas bases de dados públicos para mitigar riscos de responsabilização civil por vazamento de informações estratégicas.

40. Ao revisar a estrutura de governança institucional, a alta administração identificou riscos capazes de comprometer a confiabilidade dos indicadores estratégicos utilizados no monitoramento do desempenho organizacional. Em resposta, determinou que os riscos identificados passassem a integrar os processos de tomada de decisão estratégica, a definição de prioridades institucionais e a alocação de recursos organizacionais. A providência adotada evidencia principalmente a incorporação da gestão de riscos à estrutura de:

- (A) Segregação funcional.
- (B) Descentralização administrativa.
- (C) Especialização operacional.
- (D) Supervisão hierárquica.
- (E) Governança institucional.

41. Durante estudo promovido para aperfeiçoar a governança institucional, determinado Analista Legislativo foi incumbido de avaliar a conformidade da atuação de entidades integrantes da Administração Pública Indireta com as finalidades que justificaram sua criação. No curso dos trabalhos, verificou-se que certa entidade vinha desenvolvendo projetos permanentes dissociados dos objetivos institucionais definidos em sua lei instituidora, consumindo recursos públicos em atividades que, embora socialmente relevantes, não guardavam relação direta com sua missão legal. À luz da organização administrativa brasileira, a limitação jurídica mais diretamente aplicável à situação descrita decorre do princípio da:

- (A) Continuidade do serviço público.
- (B) Autotutela administrativa.
- (C) Motivação dos atos administrativos.
- (D) Especialidade administrativa.
- (E) Princípio da tutela administrativa exercida sobre as entidades integrantes da Administração Indireta.

42. Durante processo de avaliação institucional, verificou-se que a alta administração possuía apoio político suficiente para implementar reformas administrativas relevantes, porém enfrentava dificuldades relacionadas ao monitoramento dos resultados, à gestão de riscos e à coordenação dos mecanismos de controle. A situação demonstra que a organização apresenta:

- (A) Fragilidade simultânea de governança e governabilidade.
- (B) Deficiência predominante de governabilidade e adequada governança.
- (C) Equilíbrio entre governança e governabilidade.
- (D) Adequada governabilidade e deficiência de governança.
- (E) Predominância de instrumentos de controle operacional dissociados do direcionamento estratégico.

43. Durante auditoria operacional realizada sobre programa institucional voltado à modernização dos serviços legislativos, constatou-se que as ações executadas observaram os requisitos legais aplicáveis, foram concluídas dentro dos prazos estabelecidos e consumiram recursos inferiores aos originalmente previstos. Apesar disso, os indicadores estratégicos demonstravam que os resultados obtidos permaneciam aquém das metas fixadas para o programa. Nesse cenário, a principal preocupação do controle deve concentrar-se na análise da:

- (A) Legalidade da atuação administrativa.
- (B) Conformidade dos procedimentos adotados.
- (C) Economicidade da utilização dos recursos.
- (D) Eficiência operacional da execução.
- (E) Eficácia do programa implementado.

44. Ao avaliar um programa institucional destinado à ampliação da transparência legislativa, a equipe técnica verificou que a maior parte das entregas previstas havia sido executada dentro do cronograma originalmente estabelecido. Também foi constatado aumento significativo da participação dos cidadãos nos canais digitais disponibilizados pela instituição. Entretanto, estudos posteriores indicaram que os custos incorridos superaram substancialmente as estimativas iniciais e que parte dos benefícios esperados ainda não havia se consolidado de forma homogênea entre os diferentes segmentos da população atendida. Considerando as informações apresentadas, a abordagem analítica mais adequada para a situação descrita consiste em:

- (A) Restringir a análise à verificação do grau de execução física das atividades previstas, uma vez que os produtos planejados foram entregues.
- (B) Concentrar a avaliação na conformidade procedimental do programa, independentemente dos resultados observados.
- (C) Concluir pela efetividade integral da iniciativa em razão do aumento da participação dos cidadãos nos canais disponibilizados.
- (D) Examinar conjuntamente resultados, custos, impactos produzidos e sustentabilidade dos benefícios observados.
- (E) Priorizar a análise dos indicadores de execução orçamentária, por constituírem o principal parâmetro para avaliação de programas públicos.

45. Ao elaborar a matriz de riscos de projeto estratégico voltado à transformação digital da Assembleia Legislativa, a equipe identificou evento cuja ocorrência poderia comprometer significativamente o cronograma de implantação, mas cuja probabilidade foi considerada reduzida. Após avaliação institucional, decidiu-se manter o risco sob acompanhamento sistemático ao longo da execução do projeto, preservando mecanismos de resposta para eventual materialização do evento e procedendo à reavaliação periódica das condições de exposição. Deliberadamente, optou-se por não implementar medidas específicas destinadas a alterar a probabilidade de ocorrência do evento ou a reduzir seus potenciais efeitos sobre os objetivos do projeto. A decisão descrita encontra maior aderência à estratégia de tratamento do risco consistente em:

- (A) Implementar medidas proporcionais de resposta destinadas a reduzir os efeitos potenciais do evento identificado, mantendo a continuidade das atividades originalmente planejadas.
- (B) Compartilhar responsabilidades relacionadas ao risco mediante mecanismos contratuais e arranjos cooperativos de execução.
- (C) Reduzir imediatamente a probabilidade de ocorrência por meio de controles adicionais.
- (D) Evitar o risco mediante reformulação do escopo do projeto.
- (E) Aceitar o risco com monitoramento sistemático das condições de exposição.

46. Durante processo de reestruturação institucional, determinada Assembleia Legislativa passou a monitorar a prestação de serviço disponibilizado aos cidadãos por meio de plataforma digital de acompanhamento da atividade parlamentar. Em razão de sucessivas falhas técnicas, cogitou-se a suspensão integral do serviço até a conclusão das correções necessárias. Após manifestação da unidade responsável pela governança institucional, concluiu-se que a interrupção deveria ser analisada com cautela, considerando a relevância da atividade para a coletividade e a necessidade de preservação do interesse público. Nessa situação, o raciocínio adotado encontra fundamento predominante no princípio da:

- (A) Mutabilidade do regime jurídico.
- (B) Modicidade administrativa.
- (C) Supremacia operacional.
- (D) Continuidade do serviço público.
- (E) Eficiência institucional.

47. Durante a execução de projeto institucional voltado à modernização dos sistemas de acompanhamento legislativo, a Assembleia Legislativa contou com a atuação de profissional especializado contratado para colaborar em atividade pública específica e temporária. Embora desempenhasse atribuições relevantes para a consecução do interesse público, o profissional não ocupava cargo efetivo, emprego público ou função permanente na estrutura administrativa. Ao analisar os reflexos jurídicos dessa situação para fins de responsabilização e enquadramento funcional, conclui-se que a atuação descrita decorre da condição de:

- (A) Agente político investido em função de direção institucional.
- (B) Servidor submetido a regime estatutário especial.
- (C) Empregado público vinculado à Administração por contrato de trabalho.
- (D) Agente administrativo ocupante de função pública permanente.
- (E) Particular em colaboração com o Poder Público.

48. Durante procedimento de apuração conduzido pelos órgãos competentes, verificou-se que determinado agente público praticou conduta incompatível com os deveres de honestidade e legalidade administrativa. Entretanto, a investigação concluiu que inexistia demonstração de dolo e tampouco evidência de enriquecimento ilícito ou prejuízo efetivo ao erário. Considerando o regime jurídico atualmente vigente da improbidade administrativa, é correto afirmar que:

- (A) A mera irregularidade administrativa é suficiente para caracterizar improbidade.
- (B) A responsabilidade por improbidade independe do elemento subjetivo do agente.
- (C) A caracterização da improbidade exige observância dos requisitos previstos em lei, não se confundindo com ilegalidade administrativa isolada.
- (D) A ausência de dano ao erário impede qualquer forma de responsabilização por improbidade.
- (E) A boa-fé objetiva da Administração substitui a necessidade de análise da conduta do agente.

49. Durante processo de avaliação institucional conduzido no âmbito de uma Assembleia Legislativa, verificou-se que determinadas reformas administrativas implementadas ao longo das últimas décadas ampliaram a autonomia gerencial dos dirigentes, introduziram contratos de desempenho, fortaleceram mecanismos de avaliação por indicadores, estimularam a comparação sistemática de resultados entre unidades organizacionais e incorporaram práticas gerenciais inspiradas na administração privada com foco na eficiência e na melhoria da qualidade dos serviços prestados. Considerando a evolução dos paradigmas da Administração Pública, a experiência descrita evidencia modelo que:

- (A) Busca compatibilizar racionalidade procedimental, profissionalização administrativa e controle formal da atuação estatal, preservando a centralidade das estruturas hierárquicas como principal mecanismo de coordenação institucional.
- (B) Preserva fundamentos da legalidade administrativa, incorporando instrumentos gerenciais orientados ao desempenho, à eficiência e à obtenção de resultados organizacionais.
- (C) Enfatiza mecanismos de coordenação em rede, coprodução de políticas públicas e compartilhamento decisório entre Estado, sociedade civil e atores privados como eixo predominante da ação governamental.
- (D) Prioriza a conformidade normativa e a estabilidade institucional mediante fortalecimento dos mecanismos de supervisão administrativa, admitindo a utilização subsidiária de indicadores de desempenho para apoio à gestão.
- (E) Orienta a atuação estatal pela ampliação das capacidades institucionais de coordenação estratégica, gestão de riscos e geração de valor público mediante integração entre liderança, estratégia e controle.

50. Durante processo de aperfeiçoamento institucional, a alta administração de uma Assembleia Legislativa decidiu implementar conjunto integrado de medidas envolvendo prevenção de conflitos de interesse, fortalecimento dos controles internos, canais de denúncia, gestão de riscos de integridade e mecanismos de monitoramento contínuo da conformidade institucional. Considerando os referenciais contemporâneos de governança pública, o conjunto de medidas descrito está mais diretamente associado à implementação de:

- (A) Sistema de governabilidade institucional.
- (B) Programa de racionalização procedimental.
- (C) Modelo de descentralização administrativa.
- (D) Mecanismo de supervisão hierárquica ampliada.
- (E) Programa de integridade organizacional.

51. Durante a revisão do sistema de planejamento institucional da Assembleia Legislativa, verificou-se que determinadas unidades administrativas eram responsáveis por desdobrar os objetivos estratégicos globais em planos de ação de médio prazo, metas setoriais e programas específicos voltados às respectivas áreas organizacionais. Ao analisar a natureza das atividades desenvolvidas por essas unidades, conclui-se que sua atuação se relaciona predominantemente ao nível de planejamento que:

- (A) Estabelece a missão institucional e define a visão de longo prazo da organização.
- (B) Determina diretrizes constitucionais para a atuação dos Poderes estatais.
- (C) Traduz as diretrizes macroestratégicas da organização em planos e metas de escopo departamental ou setorial.
- (D) Detalha a execução cotidiana das tarefas, especificando cronogramas de curto prazo, rotinas de trabalho e os procedimentos operacionais padrão de cada equipe.
- (E) Formula as diretrizes institucionais de longo prazo, avaliando o ambiente interno e externo e definindo os objetivos globais da organização.

52. Ao avaliar determinado programa governamental, a equipe responsável verificou que as entregas previstas haviam sido executadas integralmente dentro do cronograma estabelecido, que a execução orçamentária observava os parâmetros inicialmente definidos e que os indicadores de produtividade demonstravam crescimento consistente ao longo do período analisado. Entretanto, avaliações posteriores revelaram que os benefícios institucionais e sociais que justificaram a criação do programa apresentavam evolução inferior à esperada, persistindo diferenças relevantes entre os resultados produzidos e os efeitos efetivamente percebidos pelos públicos atendidos. Nesse contexto, a análise mais compatível com a lógica da gestão por resultados deve concentrar-se predominantemente na:

- (A) Verificação da conformidade documental e financeira das atividades executadas, considerando que os produtos planejados foram integralmente entregues.
- (B) Avaliação da regularidade procedimental da execução administrativa, uma vez que a observância dos fluxos institucionais constitui requisito para aferição do desempenho governamental.
- (C) Análise da evolução dos indicadores de produtividade das unidades executoras, por representarem medida objetiva do esforço institucional realizado.
- (D) Relação entre produtos entregues, resultados alcançados e benefícios efetivamente produzidos para os destinatários da intervenção pública.
- (E) Compatibilidade entre os recursos empregados e o volume de atividades executadas, por constituírem os principais parâmetros de avaliação da atuação governamental.

53. Durante a análise periódica do desempenho institucional, a unidade responsável pelo monitoramento identificou que os indicadores de execução orçamentária permaneciam compatíveis com as metas estabelecidas. Entretanto, avaliações realizadas ao longo do ciclo de acompanhamento institucional revelaram sinais de desalinhamento entre diferentes iniciativas organizacionais, com potencial para comprometer o alcance dos objetivos estratégicos definidos pela instituição. Considerando as finalidades contemporâneas do monitoramento da gestão fiscal e administrativa, a interpretação mais adequada da situação descrita é aquela que reconhece que o monitoramento:

- (A) Permite avaliar a aderência dos resultados institucionais aos objetivos estratégicos mediante análise isolada dos indicadores financeiros.
- (B) Fornece subsídios para avaliação integrada do desempenho organizacional, dos riscos institucionais e da execução das estratégias, contribuindo para decisões orientadas por evidências.
- (C) Viabiliza o acompanhamento dos indicadores fiscais e administrativos, desde que a avaliação dos riscos permaneça circunscrita aos órgãos de controle interno.
- (D) Favorece a identificação de inconsistências operacionais, desde que os indicadores estratégicos e gerenciais sejam avaliados separadamente.
- (E) Fortalece a capacidade de acompanhamento institucional mediante consolidação periódica de informações, independentemente de sua utilização nos processos decisórios.

54. Ao avaliar a evolução da maturidade gerencial da Assembleia Legislativa, determinado Analista verificou que a instituição havia integrado informações provenientes de áreas anteriormente isoladas, permitindo rastreabilidade dos processos, consistência dos registros, compartilhamento de dados e produção de informações úteis ao monitoramento estratégico. Sob a perspectiva da governança e da gestão pública orientada por evidências, a principal contribuição desse arranjo tecnológico consiste em:

- (A) Ampliar a disponibilidade de informações institucionais, ainda que a integração dos dados não produza impacto sobre os processos decisórios.
- (B) Assegurar uniformidade dos registros administrativos, desde que as unidades organizacionais mantenham autonomia plena na definição dos padrões informacionais utilizados.
- (C) Reduzir a assimetria informacional entre áreas organizacionais e fortalecer a produção de informações confiáveis para gestão e controle.
- (D) Promover a interoperabilidade entre bases de dados institucionais e compartilhamento estruturado de informações, permitindo que cada unidade estabeleça autonomamente seus próprios padrões de registro, classificação e tratamento dos dados corporativos.
- (E) Substituir gradualmente os controles gerenciais tradicionais por mecanismos automatizados de processamento e consolidação de dados.

55. Ao consolidar grande volume de dados provenientes de diferentes unidades administrativas, determinado Analista Legislativo necessitava identificar padrões, resumir informações por categorias e produzir visões analíticas que permitissem rápida interpretação dos resultados institucionais. Considerando as funcionalidades disponibilizadas pelo Excel, a ferramenta mais adequada para essa finalidade é:

- (A) Validação de dados.
- (B) Formatação condicional.
- (C) Tabela dinâmica.
- (D) Auditoria de fórmulas.
- (E) Proteção de planilhas.

56. Ao analisar a evolução histórica da Administração Pública, determinado Analista Legislativo observou que, em certo período, a ampliação das responsabilidades estatais na promoção do bem-estar coletivo foi acompanhada pela necessidade de fortalecimento de estruturas administrativas capazes de assegurar impessoalidade, profissionalização e previsibilidade na atuação governamental. Nesse contexto, a expansão das funções estatais e o fortalecimento dos mecanismos formais de organização administrativa relacionam-se, respectivamente, à consolidação do:

- (A) Patrimonialismo e do Estado liberal clássico.
- (B) Estado mínimo e da administração gerencial.
- (C) New public management e do patrimonialismo administrativo.
- (D) Estado de Bem-Estar Social e da administração burocrática.
- (E) Modelo regulatório contemporâneo e da governança colaborativa.

57. Ao analisar o desempenho institucional da Assembleia Legislativa, a alta administração verificou que diferentes unidades apresentavam resultados aparentemente satisfatórios quando avaliadas isoladamente. Contudo, ao consolidar os relatórios gerenciais produzidos ao longo do exercício, constatou-se que parte das metas estratégicas permanecia distante dos níveis de desempenho esperados. Diante desse cenário, a principal contribuição dos relatórios gerenciais para a governança institucional consiste em:

- (A) Compatibilizar a execução das atividades administrativas com a autonomia operacional das unidades organizacionais.
- (B) Demonstrar a conformidade formal dos procedimentos administrativos realizados pelas áreas responsáveis.
- (C) Evidenciar a execução física das atividades independentemente dos objetivos estratégicos institucionais.
- (D) Integrar informações relevantes para avaliação do desempenho organizacional e suporte à tomada de decisão.
- (E) Substituir mecanismos de monitoramento estratégico por controles baseados em resultados operacionais.

58. Durante processo de modernização administrativa, determinada organização pública adotou modelo de gestão fortemente orientado por metas, indicadores de desempenho e mecanismos de responsabilização gerencial. Após sucessivos ciclos de avaliação institucional, observou-se alteração relevante nos padrões de atuação das unidades administrativas, acompanhada de mudanças na forma de alocação de recursos, definição de prioridades organizacionais e estruturação das atividades submetidas ao monitoramento gerencial. Auditorias posteriores identificaram que parte dessas mudanças produzia efeitos não inicialmente previstos pelos formuladores do modelo de gestão adotado. À luz dos debates contemporâneos sobre a Nova Gestão Pública (New Public Management), a situação descrita evidencia crítica segundo a qual modelos fortemente orientados a desempenho podem:

- (A) Induzir comportamentos orientados ao cumprimento de métricas específicas, em detrimento de resultados públicos mais amplos e de atividades cuja mensuração se revela mais complexa.
- (B) Comprometer a impessoalidade administrativa ao substituir critérios objetivos de gestão por mecanismos discricionários de avaliação institucional.
- (C) Inviabilizar a utilização de indicadores de desempenho como instrumentos legítimos de monitoramento da atuação administrativa.
- (D) Dificultar a profissionalização da Administração Pública ao reduzir a autonomia gerencial dos dirigentes responsáveis pela implementação das políticas públicas.
- (E) Eliminar a necessidade de mecanismos de controle institucional ao transferir a responsabilização pela execução das políticas públicas para as unidades operacionais.

59. Ao analisar estratégias destinadas à ampliação da capacidade de entrega de determinado programa público, verificou-se a utilização de instrumentos formais de cooperação com entidades privadas sem fins lucrativos voltadas à execução de atividades de interesse público. Sob a perspectiva dos arranjos contemporâneos de governança pública, a utilização dessas entidades evidencia mecanismo associado à:

- (A) Substituição integral da atuação estatal.
- (B) Privatização das funções legislativas.
- (C) Delegação de competências constitucionais exclusivas.
- (D) Transferência definitiva da titularidade da política pública.
- (E) Atuação colaborativa entre Estado e organizações da sociedade civil.

60. Durante a revisão do sistema de governança de uma Assembleia Legislativa, verificou-se que informações relacionadas ao desempenho institucional, aos mecanismos de controle e aos eventos capazes de afetar o alcance dos objetivos organizacionais eram produzidas por diferentes unidades administrativas, sem utilização uniforme nos processos decisórios da instituição. Após diagnóstico institucional, a alta administração determinou a adoção de novo modelo de governança destinado a aperfeiçoar a utilização das informações produzidas pelas diversas áreas organizacionais no suporte aos processos decisórios da instituição. À luz dos referenciais contemporâneos de governança pública, a medida adotada busca principalmente:

- (A) Concentrar a gestão de riscos nos órgãos de controle interno, preservando a autonomia decisória das áreas responsáveis pela execução das políticas institucionais.
- (B) Substituir os mecanismos tradicionais de planejamento por instrumentos voltados exclusivamente ao monitoramento dos riscos corporativos.
- (C) Assegurar que riscos, controles e desempenho sejam tratados de forma integrada ao processo de direcionamento e monitoramento institucional.
- (D) Restringir a utilização das informações de risco às decisões relacionadas à execução orçamentária e financeira da organização.
- (E) Transferir a responsabilidade pela gestão dos riscos estratégicos para unidades especializadas independentes da estrutura de governança.

61. Ao conduzir um programa de modernização administrativa na Assembleia Legislativa, um analista verificou que a instituição, apesar de enfrentar severas restrições orçamentárias de curto prazo e ritos burocráticos rígidos, buscou implementar uma metodologia incremental. O objetivo era mapear fluxos de trabalho, identificar gargalos de forma sistêmica, testar soluções inovadoras em projetos-piloto e aplicar indicadores de desempenho para mensurar os impactos reais das mudanças na ponta. Diante dos modelos contemporâneos de excelência na gestão pública, a iniciativa descrita prioriza uma abordagem que mitiga a disfunção burocrática ao materializar a:

- (A) Melhoria contínua orientada à geração de valor público e otimização de processos.
- (B) Centralização administrativa como garantia de padronização normativa.
- (C) Rigidez procedimental voltada à previsibilidade total dos atos de gestão.
- (D) Especialização funcional focada na fragmentação verticalizada de tarefas.
- (E) Formalização normativa como mecanismo de imunização contra riscos de controle.

62. Durante o processo de revisão de seu planejamento institucional, determinada Assembleia Legislativa instituiu mecanismos permanentes de consulta pública, audiências temáticas, coleta estruturada de contribuições da sociedade e divulgação periódica dos resultados produzidos pelas ações implementadas. Em avaliação posterior, constatou-se que tais mecanismos não se limitaram à obtenção de informações da sociedade, mas passaram a influenciar a definição de prioridades institucionais, o acompanhamento das iniciativas estratégicas e a legitimidade das decisões adotadas pela administração. À luz dos referenciais contemporâneos de governança pública, a situação descrita evidencia mecanismo que fortalece predominantemente:

- (A) A participação e o controle social como instrumentos de coprodução de valor público e fortalecimento da legitimidade institucional.
- (B) A descentralização administrativa mediante transferência de competências decisórias às entidades representativas da sociedade civil.
- (C) A governabilidade institucional, em razão da ampliação da capacidade política de implementação das decisões governamentais.
- (D) A supervisão administrativa das atividades finalísticas por meio da incorporação de atores externos aos processos de controle interno.
- (E) A autonomia operacional das unidades administrativas mediante compartilhamento de responsabilidades com os cidadãos.

63. Durante a execução do planejamento institucional, a unidade responsável pelo acompanhamento da gestão identificou que os indicadores fiscais permaneciam dentro dos limites legalmente estabelecidos. Contudo, análises de séries históricas, projeções de arrecadação e cenários prospectivos apontavam tendência consistente de deterioração do equilíbrio financeiro nos exercícios subsequentes, caso nenhuma medida corretiva fosse adotada. Nesse contexto, o monitoramento institucional cumpre função essencial ao:

- (A) Priorizar a análise dos resultados fiscais já consolidados, reduzindo a relevância das projeções futuras para o processo decisório.
- (B) Fornecer informações capazes de antecipar riscos futuros e subsidiar decisões preventivas destinadas à preservação da sustentabilidade institucional.
- (C) Restringir a avaliação gerencial ao cumprimento dos limites fiscais formalmente observados no exercício em curso.
- (D) Substituir os instrumentos formais de planejamento mediante acompanhamento contínuo dos indicadores financeiros.
- (E) Vincular a atuação administrativa exclusivamente aos resultados financeiros produzidos no período analisado.

64. Ao examinar mecanismos de cooperação federativa voltados à execução de atividades de interesse comum, determinado Analista Legislativo verificou a existência de entidade constituída por diferentes entes federativos para compartilhamento de recursos, coordenação de ações e prestação conjunta de serviços públicos. A estrutura descrita corresponde predominantemente a instrumento de:

- (A) Descentralização política.
- (B) Delegação legislativa.
- (C) Cooperação interfederativa por meio de consórcio público.
- (D) Terceirização administrativa.
- (E) Concessão de serviço público.

65. Uma auditoria de conformidade realizada em uma Casa Legislativa debruçou-se sobre a execução de contratos continuados de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra. O relatório técnico apontou que a unidade administrativa responsável realizava rotineiramente a glosa de valores por descumprimento de Acordos de Nível de Serviço (SLA), exigia mensalmente os comprovantes de quitação de verbas trabalhistas e previdenciárias para autorizar os pagamentos e mantinha um registro atualizado do histórico de penalidades da contratada. De acordo com a sistemática de controle das contratações públicas, essa atuação técnico-operacional confunde-se diretamente com a atribuição de:

- (A) Fiscalização contratual em seus aspectos técnicos, administrativos e setoriais.
- (B) Planejamento orçamentário e fixação de limites de empenho.
- (C) Gestão de riscos estratégicos no nível de alta administração da organização.
- (D) Formulação de macropolíticas públicas e planejamento plurianual.
- (E) Controle legislativo externo de competência exclusiva do Tribunal de Contas.

66. Durante a preparação de contratação destinada à modernização dos sistemas informatizados de gestão da Assembleia Legislativa, a equipe responsável realizou estudos técnicos preliminares, avaliou alternativas disponíveis no mercado, identificou riscos relevantes e definiu requisitos alinhados aos objetivos institucionais. Considerando a lógica contemporânea das contratações públicas, a providência descrita evidencia a importância do(a):

- (A) Centralização decisória como condição necessária para a validade da contratação.
- (B) Substituição dos mecanismos de controle pela autonomia gerencial dos gestores.
- (C) Concentração da análise contratual na fase de execução do objeto.
- (D) Prevalência da economicidade sobre os demais princípios aplicáveis.
- (E) Planejamento da contratação como instrumento de geração de resultados e mitigação de riscos.

67. Ao estruturar contratação voltada ao desenvolvimento de solução tecnológica para apoio ao monitoramento institucional, a Administração optou por definir parâmetros de desempenho, indicadores mensuráveis e critérios objetivos destinados à avaliação dos resultados obtidos pelo contratado. A estratégia adotada demonstra maior aderência à diretriz segundo a qual as contratações públicas devem:

- (A) Vincular a liquidação das despesas contratadas à estrita conformidade formal e cronológica dos documentos apresentados, relegando a verificação do desempenho operacional a uma análise discricionária posterior.
- (B) Concentrar-se na fiscalização documental da execução contratual.
- (C) Buscar resultados compatíveis com as necessidades administrativas e com os objetivos da contratação.
- (D) Limitar a atuação do gestor contratual ao acompanhamento financeiro do ajuste.
- (E) Reduzir a importância dos indicadores de desempenho na execução contratual.

68. Em determinada contratação pública de elevada complexidade, a Administração definiu previamente os eventos que poderiam impactar a execução do ajuste e estabeleceu a distribuição objetiva das responsabilidades entre as partes diante da eventual ocorrência desses eventos. Sob a perspectiva da governança contratual, o instrumento descrito possui a finalidade principal de:

- (A) Promover a alocação eficiente e a repartição objetiva dos riscos contratuais entre as partes, definindo a responsabilidade financeira por eventos supervenientes.
- (B) Substituir a fiscalização contratual.
- (C) Afastar de forma peremptória a aplicação da teoria da imprevisão, transferindo os riscos decorrentes de caso fortuito ao parceiro privado.
- (D) Dispensar a Administração Pública da realização de estudos técnicos preliminares e mapeamento de riscos na fase preparatória da licitação.
- (E) Dispensar a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro.

69. Ao receber solicitação de acesso a documentos produzidos durante procedimento institucional em andamento, a unidade responsável verificou que parte das informações continha elementos cuja divulgação poderia comprometer interesses legalmente protegidos e a própria finalidade do procedimento. À luz da Lei nº 12.527/2011, a restrição de acesso a determinadas informações exige:

- (A) Classificação ou enquadramento da informação nas hipóteses legalmente previstas de restrição de acesso.
- (B) Decisão discricionária da autoridade responsável pela guarda dos documentos.
- (C) Autorização prévia do órgão de controle externo competente.
- (D) Manifestação favorável da unidade jurídica da instituição.
- (E) Comprovação de que a divulgação poderá gerar repercussão negativa à imagem institucional.

70. Durante projeto de modernização dos sistemas institucionais, determinada Assembleia Legislativa passou a integrar bases de dados utilizadas para monitoramento de programas, avaliação de desempenho e produção de informações gerenciais destinadas ao apoio da tomada de decisão. No curso da implementação, verificou-se a necessidade de tratamento de dados pessoais para execução de competências legalmente atribuídas ao órgão, sem que houvesse coleta de consentimento individual dos titulares. Diante desse cenário, a alta administração determinou a adoção de mecanismos de governança, rastreabilidade das operações realizadas, registro das decisões relacionadas ao tratamento dos dados e medidas destinadas a demonstrar conformidade com a legislação aplicável. Considerando o regime jurídico da LGPD aplicável ao Poder Público, a iniciativa descrita guarda maior correspondência com o princípio da:

- (A) Publicidade irrestrita das informações públicas produzidas pela Administração.
- (B) Supremacia do interesse administrativo sobre os direitos dos titulares dos dados.
- (C) Responsabilização e prestação de contas no tratamento de dados pessoais.
- (D) Centralização obrigatória do tratamento de dados em unidade única de governança institucional.
- (E) Indisponibilidade absoluta dos dados tratados pela Administração Pública.

QUESTÕES DISCURSIVAS

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o respectivo **caderno de texto definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. O texto de cada questão deverá conter a extensão máxima de **20 (vinte)** linhas.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **20 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito no **caderno de texto definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O **caderno de texto definitivo** será o único documento válido para a avaliação da questão discursiva.
- As questões discursivas poderão abordar quaisquer conteúdos constantes do programa de conhecimentos específicos dispostos no Anexo II do Edital.

Questão 1

Ao longo do processo histórico-político de responsabilização dos governantes, a evolução dos instrumentos de accountability foi essencial para a construção e consolidação do atual Estado Democrático de Direito, ampliando a participação da sociedade no controle dos atos da Administração Pública.

Para O'Donnell (1991, p. 25-40), em democracias representativas sedimentadas, a accountability opera não só lentamente em relação àqueles que escolheram os seus representantes, mas também dentro de uma rede institucional relativamente ativa e autônoma, capaz de exercer a autocritica para investigar e punir comportamentos lesivos ao erário.

Sob a perspectiva teórica em questão, disserte objetivamente acerca do conceito de accountability e sua relação com a governança pública, identificando os dois tipos clássicos de accountability extraíveis do enunciado e diferenciando-os.

Questão 2

Na busca de promover fiel cumprimento ao programa de modernização administrativa, à transformação digital e à inovação no setor público, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará abriu licitação pública para a aquisição e manutenção de computadores de última geração para as Comissões Permanentes. Após regular trâmite licitatório, foi celebrado contrato administrativo com a empresa vencedora, que se obrigou a entregar a quantidade de computadores contratada e a prestar serviço contínuo de manutenção com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

No curso da execução contratual, houve flagrante falha na fiscalização das faltas cometidas pelo contratado, como a descoberta posterior do não pagamento de encargos previdenciários relativamente aos trabalhadores responsáveis pela manutenção dos computadores, bem como a ausência de designação, durante a execução contratual, de preposto pelo contratado.

Com base na legislação aplicável aos contratos administrativos e à fiscalização contratual (Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133/2021) e considerando que o contrato em questão não possui nenhuma nulidade desde a sua celebração pela Administração, responda:

- Qual é o papel do fiscal do contrato? Quais seriam as suas principais atribuições legais durante a execução contratual?
- Como a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) prevê o auxílio para o fiscal do contrato dirimir dúvidas e ter informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual?
- Qual é o papel do preposto do contratado? O preposto do contratado deve ser aceito pela Administração?
- O contratado é o único responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato? Como a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) regula a responsabilidade da Administração nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra?

RASCUNHO - QUESTÃO 1

1	
5	
10	
15	
20	



RASCUNHO - QUESTÃO 2

1	
5	
10	
15	
20	

